

**O PAPEL DA ESCOLA PARA A FORMAÇÃO DO SUJEITO RURAL/DO
CAMPO: um breve olhar dos moradores rurais quanto a contribuição das escolas
Roberto Remigi – Castanhal/PA e Travessa do oito – Igarapé Açú/PA**

Patrícia Cristina Silva de Freitas¹ patycriobel@hotmail.com

Waldeyzi Sena Willock¹ deiziwillock@gmail.com

Carlos Renilton Freitas Cruz² reniltonufpa@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho tentaremos refletir, com base nas falas de moradores em áreas rurais do assentamento “João Batista II” e comunidade da “Travessa do Oito”, respectivamente situadas nos municípios de Castanhal e Igarapé-Açu, nordeste do estado, quanto a contribuição adquirida pela escola local à vivência do sujeito do campo. Para tanto, realizamos um estudo de caso nas localidades referidas, auxiliado por um questionário semi-estruturado aplicado aos moradores locais. O intuito foi o de, coletar informações referentes ao contexto histórico e sócio cultural. Nesta perspectiva, o trabalho tem como principal objetivo refletir sobre o papel social da escola na formação do sujeito rural/do campo.

PALAVRAS-CHAVE: escola, educação rural, educação do campo.

INTRODUÇÃO

Para a realização deste trabalho partiremos da compreensão do homem do campo sobre o contexto histórico de cada localidade, assim como a percepção do papel da escola para a contribuição na vivência deste sujeito.

¹Graduandos do 6º semestre do Curso de Pedagogia da UFPA - Campus Universitário de Castanhal.

²Prof. Doutor da Faculdade de Pedagogia da UFPA - Campus Universitário de Castanhal.

Conversamos com quatro pessoas (D. Nazaré e Sr. Benedito – Assentamento João Batista; D. Ediléia e D. Ambrósia – Comunidade Travessa do Oito). O Assentamento “João Batista II”, localizado no município de Castanhal/PA e a comunidade, denominada “Travessa do Oito”, localizada no município de Igarapé-Açu/PA, ambas localizadas em espaços rurais, foram o lócus da pesquisa.

O trabalho está estruturado em duas categorias: “A concepção dos sujeitos sobre o contexto histórico e sócio-cultural do meio rural”; e “A concepção dos sujeitos quanto o papel da escola”. Tivemos a preocupação em estabelecer na primeira categoria, iniciando sua contextualização histórica das duas localidades, conhecendo um pouco, sobretudo através das falas dos moradores do lugar, sobre o surgimento das comunidades. Na segunda categoria, traremos a concepção dos sujeitos rurais quanto o papel da escola local a fim de proporcionar um melhor entendimento sobre a função social da escola para a formação humana do camponês.

A CONCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO E SÓCIO CULTURAL DO MEIO RURAL

Conhecer através das falas dos moradores do lugar, sobre como surgiram as duas comunidades em questão, torna-se de grande importância para um melhor entendimento quanto aos fatores culturais evidenciados nas localidades, pois a educação do campo do mesmo modo deve compreender que os sujeitos possuem histórias, participam de lutas sociais, sonham... Cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação de pertencimento à terra e nas formas de organização solidária. A partir desta idéia tomaremos a fala do Sr. Benedito, morador do assentamento “João Batista II”, desde sua formação ainda como acampamento em 1998 até o reconhecimento do lugar como assentamento. Falando sobre como surgiu o assentamento Benedito diz que:

“Surgiu o acampamento ali no Jaderlândia, em Castanhal, por trás daquela [...] Cerâmica Tropical. Aí fizemos o acampamento lá, e começou pelo MST, tentamos entrar no MST, mas não pensava que era um desvio que teve hoje em dia [...] E aí, de lá surgiu este acampamento lá e entrei no meio [...] E aí, o INCRA ajudou [...] Aí agente foi pro INCRA, o povo lá era mais de 800 famílias, [...] E aí, essa terra aqui, mataram o dono dela, e aí, já tava apropriada pro estado, porque ele não pagava nenhum imposto mesmo, né. Aí o INCRA pagou a conta que esta terra devia e assentou agente aqui. Fez o Assentamento João Batista”.

Sobre acampamento e assentamento vemos as seguintes diferenças: “Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia” (FERNANDES, 2010 p.24). Já assentamento é terra conquistada, legalizada por registro.

Em relação aos sujeitos sociais da Comunidade “Travessa do Oito”, por estarem menos envolvidos nos movimentos sociais, acabam não percebendo a contextualização do lugar. Dentre as falas das entrevistadas (D. Ediléia e D. Ambrósia), demonstraram

dificuldades ao nos responderem como surgiu a comunidade. Percebemos que a Comunidade é formada por uma vila distribuída em lotes, nos quais cada morador reside em sua própria localidade, em pequenos pedaços de lotes, a maioria desta população é proprietária desses lotes de terras, onde cultivam a roça como principal meio de subsistência já que segundo as moradoras do lugar, não possuem outro tipo de trabalho para sustentar a família. Quando questionadas quanto à satisfação em viver e trabalhar no campo percebemos semelhanças: *“Pra mim é bom viver aqui, nunca cheguei a morar na cidade, por que aqui o clima é bom, não tem bagunça e é tranquilo... e você pode pegar um porco pra comer, uma galinha... na cidade não, tudo é caro lá”*. (D. Ediléia). *“Antes de morar aqui eu morava na rua, e tudo era mais difícil pra mim, depois que vim pra cá as coisas melhoraram, sempre vivemos da plantação de milho, arroz eu e meus 13 filhos...”* (D. Ambrósia).

Através das falas das moradoras, vemos a importância em serem camponesas, no entanto, ao se falar da relevância da escola na comunidade encontramos algumas observações importantes como veremos a seguir.

A CONCEPÇÃO DOS SUJEITOS QUANTO O PAPEL DA ESCOLA

...O menino camponês é, antes de tudo, um menino camponês, e somente depois, um menino em geral.

(A educação na república dos Soviets. Programas oficiais. 1935, p. 110)

A maioria dos moradores entrevistados, possuem filhos, sobrinhos, netos ou outros parentes que atuam nas escolas encontradas em suas comunidades, desse modo, foi importante conhecer o que pensam essas pessoas sobre a educação que vem sendo ofertada às crianças, jovens e adultos do lugar. Os entrevistados sobrevivem do que adquirem da terra, ou seja, possuem algum tipo de propriedade como plantações de arroz, feijão, milho... Chegando a vender o que produzem pois: *“quando da de vender a gente vende, quando não da, a gente fica pro consumo”* (D. Ediléia). Essa fala se faz importante a medida que tentaremos entender qual é a participação da escola local para com a sociedade na contribuição para a qualidade de vida no campo. Nesse sentido é importante refletir sobre a educação que vem sendo ofertada para os moradores no campo, pois não devemos deixar de considerar que é um processo social que contribui para as lutas e conseqüente conquistas do povo. O que se assemelha com a concepção de Caldart (2004):

... a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da educação trabalhadora do campo, e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele. (CALDART, 2004, P. 18).

Através de algumas falas observou-se que o assentamento “João Batista II” tem priorizado uma escola estruturalmente boa para as crianças. Segundo D. Nazaré que tem 02 netos que estudam na escola Roberto Remigi, esse assunto vem sendo priorizado na comunidade. A mesma conta que a escola foi conquistada com bastante esforço e luta dos moradores, pois as aulas aconteciam em um barracão que oferecia as mínimas condições para o aprendizado das crianças e hoje as aulas acontecem em um prédio com salas de aula, banheiros, sala de professores, biblioteca, sala de leitura, alimentação, administração... o que traduz uma melhora expressiva em relação à infra-estrutura, e isso orgulha os moradores como Seu Benedito, também morador do assentamento, que diz: *“a escola é bonita e é daqui, vem muita gente de fora pra estudar nela, e isso orgulha a gente né?”*

No entanto, quando se questionado sobre se o que a escola ensina é mais voltado para a vida no campo ou para a vida na cidade, D. Nazaré afirma que a escola prepara mais para a vida na cidade *“por que os professores não ensinam quase nada da roça”* (D. Nazaré). A moradora do assentamento se mostrou preocupada com as questões da realidade de sua moradia local, pois em suas falas demonstrou que gosta da vida no campo e gostaria que seus filhos e netos permanecessem morando no lugar, assim a mesma reconhece que o campo é um lugar bom pra se viver: *“... agente tendo condição pra trabalhar, planta numa roça para tirar alimento pra nossa família”*. (D. Nazaré).

Em relação a comunidade “Travessa do oito”, percebemos que a situação é bem mais alarmante, pois segundo as moradoras da comunidade Dona Ediléia e Dona Ambrósia a escola que nem se quer tem um nome, é simplesmente conhecida como “escola Travessa do oito”, se encontra com sua estrutura física em pecárias condições como vemos na fala de D. Ediléia e de suas três filhas que já estudaram nesta referida escola e hoje estudam em uma escola na cidade de Igarapé-Açu: *“Faz muito tempo que ela – a escola – não tem reforma, ta quase caindo na cabeça das crianças, não tem segurança...”*.

Quanto ao ensino oferecido às crianças, D. Ediléia (tem um sobrinho estudando na escola) diz que: *“a professora até fala nessas questões. Faz dever no caderno dele com nomes de plantas, animais... mais eles dão mais prioridade mesmo é em formar o aluno*

para a realidade no centro da cidade” enriquecendo a fala de sua mãe, uma de suas filhas confirma essa idéia dizendo que: “eles dizem que a gente tem que estudar para arrumar um trabalho na cidade”.

Percebemos que os sujeitos entrevistados consideram que o saber escolar não serve para a vida no campo uma vez que: *“a escola não tem uma responsabilidade com a comunidade, só com os alunos. Os professores não questionam se gostamos ou não de morar aqui”* (Valquiria – filha de Dona Ediléia).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Não é difícil verificar que no geral as escolas em questão não despertam maiores questionamentos sobre a condição em que vive a maioria dos habitantes do campo, pouco estimula reflexões sobre os condicionamentos econômicos e sociais que mantêm na pobreza a maioria das famílias residentes no meio rural e, conseqüentemente, pouco fomenta atitudes direcionadas a enfrentar tal situação. Empenhados em criar outra opção de sobrevivência para além do trabalho na roça, os estudantes do meio rural vão à escola com o objetivo de se credenciarem a uma vida profissional como assalariado urbano, mesmo que isso implique abandonar a tranquilidade do campo. Assim, orientados (as) pela lente modernizadora e urbanocentrada da escola, e pouco estimulados, pela família, a enfrentarem as condições sócio-econômicas em que vivem, os estudantes só enxergam a cidade como porto seguro profissional, sendo que a vida e o trabalho na agricultura surge como um ancoradouro alternativo, a ser utilizado somente no caso de insucesso do projeto alimentado pela escolarização (Cruz, 2011).

Muito mais que uma simples mudança de nomenclatura, os movimentos sociais apostam, com base na experiência que já desenvolvem em suas áreas de influência, em uma nova forma de produção e socialização de saberes no meio rural, onde a educação seja compreendida para além da escola, e esta seja um direito dos povos do campo. Como nos diz (CALDART, 2002 p 19):

...É preciso incluir o debate da educação do campo no debate geral sobre educação... Este olhar para a educação do campo como um direito tem um outro desdobramento importante: pensar uma política de educação que se preocupe também como jeito de educar quem é sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direitos

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Através deste estudo, podemos perceber que a escola e a educação ofertada por ela, são uma das grandes responsáveis pelo representativo número de evasão das localidades rurais.

Embora a escola Roberto Remigi, situada no assentamento esteja mais voltada às questões do campo, ainda percebe certa necessidade que a escola seja adequada à vida campesina, não só para os alunos mas também com ações voltadas à comunidade.

A situação da escola “Travessa do Oito” é bem mais preocupante, tanto na questão de infra-estrutura como nos ensinamentos oferecidos as crianças do meio rural que passa a ser estrangeira à realidade local. Foi notório a afirmação dos moradores que a tendência é continuar os estudos com intuito de migrar para a cidade, sendo pouco os que querem permanecer vivendo e trabalhando no campo, isso é preocupante, pois a escola do campo deve engendrar os saberes do campo e isso está amparada nos artigos constituintes da LDBEN, portanto direito do povo camponês e dever do estado uma escola que venha desmistificar essas questões, que se transforme da escola que temos para a escola que queremos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CALDART, Roseli Salete. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO**. Rio de Janeiro. 2004.

CALDART, Roseli Salete. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Organização “Por uma Educação do Campo”. Brasília. 2002.

CRUZ, Renilton. **Trabalho e educação no meio rural da Amazônia: a família e a escola como agentes formadores**. Tese de Doutorado. Braga, Portugal, Universidade do Minho, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território da Questão Agrária: Campesinato, reforma agrária e agronegócio. Associação Brasileira de Reforma Agrária, São Paulo: 2010